FUNDAÇÃO
FACULDADE DE MEDICINA

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)

Contrato de Gestão nº 01/2017 Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP)

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo/ Ativo Circulante	**Notas**	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.132	68.247
Contas a receber	6	22.401	30.667
Estoques	7	22.397	24.121
Despesas antecipadas	-	60	85
Outras contas a receber	-	95	26
		132.085	**123.146**
Não circulante			
Depósitos recursais trabalhistas	-	205	273
Despesas antecipadas	-	18	15
Imobilizado	8	17.007	12.651
Intangível	8	676	1.008
		17.906	**13.947**
Total do ativo		**149.991**	**137.093**
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**2019**	**2018**
Passivo Circulante			
Fornecedores	9	18.708	17.400
Serviços de terceiros	10	11.533	11.453
Obrigações sociais e trabalhistas	11	30.400	28.831
Obrigações fiscais	-	4.834	4.485
Receitas diferidas	12	17.617	20.270
Contas a pagar - FFM	13	1.374	22.445
Outras contas a pagar	-	669	3.905
		85.135	**108.789**
Não circulante			
Receitas diferidas	12	9.725	6.114
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	1.212	1.193
		10.937	**7.307**
Patrimônio líquido	15		
Superávit acumulado	-	53.919	20.997
		53.919	**20.997**
Total do passivo e patrimônio líquido		**149.991**	**137.093**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Receitas operacionais	**Notas**	**2019**	**2018**
Contrato de Gestão nº 01/2017	16	516.751	501.973
Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	17	13.197	19.946
Doações e patrocínios	18	13.100	7.232
Estudos clínicos	19	15.527	14.919
Outras receitas	-	4.421	13.125
Total das receitas		**562.996**	**557.195**
Despesas operacionais			
Pessoal	20	(305.987)	(292.688)
Materiais para consumo	21	(123.413)	(150.018)
Serviços profissionais	22	(68.689)	(71.777)
Depreciações e amortizações	8	(4.088)	(3.308)
Aluguéis de equipamentos e imóveis	-	(9.608)	(8.442)
Utilidades e serviços	-	(5.892)	(8.534)
Repasses ao HCFMUSP	23	(11.111)	(8.727)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	(1.426)	(2.290)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	8.428	(8.425)
Outras despesas	-	(12.368)	(12.402)
Total das despesas		**(534.154)**	**(566.611)**
(=) Superávit/(déficit) antes do resultado financeiro		**28.842**	**(9.416)**
Receitas financeiras	-	4.156	3.728
Despesas financeiras	-	(76)	(13)
Resultado financeiro líquido		**4.080**	**3.715**
(=) Superávit líquido/(Déficit) do exercício		**32.922**	**(5.701)**

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	**2018**
(=) Superávit líquido/(déficit) do exercício	**32.922**	**(5.701)**
Total do resultado abrangente do exercício	**32.922**	**(5.701)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**26.698**	**26.698**
Déficit do exercício	(5.701)	**(5.701)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**20.997**	**20.997**
Superávit líquido do exercício	32.922	**32.922**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**53.919**	**53.919**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	**2018**
(=) Superávit líquido/(déficit) do exercício	**32.922**	**(5.701)**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	4.088	3.308
Valor residual de imobilizado baixado	-	2.073
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.426	2.290
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(8.428)	8.425
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	16.694	(32.122)
Estoques	1.724	881
Despesas antecipadas	22	14
Outras contas a receber	(69)	120
Depósitos recursais trabalhistas	68	253
Fornecedores	1.308	2.784
Serviços de terceiros	80	6.711
Obrigações sociais e trabalhistas	1.569	573
Obrigações fiscais	349	287
Receitas diferidas	958	5.605
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.407)	(1.723)
Outras contas a pagar	(3.236)	1.591
Caixa líquido das atividades operacionais	**48.068**	**(4.631)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.112)	(5.621)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(8.112)**	**(5.621)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar FFM	(21.071)	21.108
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(21.071)**	**21.108**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**18.885**	**10.856**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	68.247	57.391
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	87.132	68.247
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**18.885**	**10.856**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). A Fundação Faculdade de Medicina ("Fundação" ou "FFM"), situada na Av. Rebouças, 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social em âmbito estadual e municipal em São Paulo. A operacionalização do Instituto ocorre atualmente por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017, celebrado entre o HCFMUSP e a FFM em 30 de janeiro de 2017, com vigência de 05 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002, para entidades sem finalidades de lucros. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 13 de março de 2020 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM, em reunião a ser realizada em data posterior. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação e também a sua moeda de apresentação. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **2.6. Escopo das demonstrações contábeis:** Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2017, entre o HCFMUSP e a FFM, por meio do qual ocorre a operacionalização do ICESP a partir de 30 de janeiro 2017. **2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto:** As demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 01/2017, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização do Instituto. Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando a aderência às práticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber: • Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas; • O patrimônio líquido do ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução; • Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM. As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do contrato de gestão em 31 de dezembro de 2019 com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM, e entre o resultado do contrato frente a movimentação informada pela FFM:

	2019	**2018**
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais do Contrato de Gestão nº 01/2017:	**53.919**	**20.997**
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM		
(-) Imobilizado	(17.007)	(12.651)
(-) Intangível	(676)	(1.008)
Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta "saldo de projetos em execução"	**36.235**	**7.338**

Conta	**Receitas operacionais**	**Despesas operacionais**	**Transferências internas**	**Resultado Financeiro**	**Resultado líquido**
Relatório individual	557.195	(566.611)	-	3.715	**(5.701)**
Depreciações e amortizações	-	3.308	-	-	**3.308**
Reversão de baixas do imobilizado	-	2.073	-	-	**2.073**
Transferências internas	(2.291)	7.383	(5.092)	-	**-**
Total conforme relatório FFM 2018	**554.904**	**(553.847)**	**(5.092)**	**3.715**	**(320)**
Relatório individual	562.996	(534.154)	-	4.080	**32.922**
Depreciações e amortizações	-	4.088	-	-	**4.088**
Transferências internas	-	11.076	(11.076)	-	**-**
Total conforme relatório FFM 2019	**562.996**	**(518.990)**	**(11.076)**	**4.080**	**37.010**

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Ativos circulante e não circulante:** Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **3.3. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. **3.4. Ativo imobilizado e intangível: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. **Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização (%)	**Taxas médias de depreciação e amortização (%)**
Máquinas e equipamentos	10 a 20	15
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33
Móveis e utensílios	10 a 20	12
Computadores	14 a 20	17
Intangível - softwares	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de hedge. **3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.7. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais. **3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos. **3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas:** A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas de subvenção são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistência governamentais. **3.10. Patrimônio líquido:** Corresponde ao acervo líquido pertencente ao HCFMUSP em decorrência do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com a FFM. **4. Reclassificação de itens e reapresentação das demonstrações contábeis:** Em 2019, o Instituto identificou depósitos recursais trabalhistas no valor total de R$ 130 classificados como ativo em 31 de dezembro de 2018, sendo que havia provisão constituída no passivo para os respectivos processos trabalhistas. Para efeitos comparativos, esses depósitos de 2018 foram reclassificados nos balanços patrimoniais, passando a reduzir o passivo correspondente. Os efeitos podem ser assim demonstrados: **Impacto nos balanços patrimoniais:**

Ativo	**2018**		
	Originalmente apresentado	**Reclassificação**	**Reapresentado**
Circulante	123.146	-	123.146
Depósitos recursais trabalhistas	403	(130)	273
Outros ativos não circulantes	13.674	-	13.674
Total do ativo	**137.223**	**(130)**	**137.093**
Passivo e patrimônio líquido	**2018**		
	Originalmente apresentado	**Reclassificação**	**Reapresentado**
Circulante	108.789	-	108.789
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.323	(130)	1.193
Outros passivos não circulantes	6.114	-	6.114
Patrimônio líquido	20.997	-	20.997
Total do passivo e patrimônio líquido	**137.223**	**(130)**	**137.093**

Impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2018		
	Originalmente apresentado	**Reclassificação**	**Reapresentado**
(=) (Déficit) do exercício	(5.701)	-	(5.701)
Itens que não afetam o caixa operacional	16.096	-	16.096
Depósitos recursais trabalhistas	123	130	253
Aumento das demais contas de ativo	(31.107)	-	(31.107)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.593)	(130)	(1.723)
Aumento das demais contas de passivo	17.551	-	17.551
Caixa líquido das atividades operacionais	**(4.631)**	**-**	**(4.631)**
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(5.621)**	**-**	**(5.621)**
Caixa líquido das atividades de financiamento	**21.108**	**-**	**21.108**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**10.856**	**-**	**10.856**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	57.391	-	57.391
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	68.247	-	68.247
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**10.856**	**-**	**10.856**

5. Caixa e equivalentes de caixa:	**2019**	**2018**
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	135	32
Aplicações financeiras (a)	86.992	68.210
	87.132	**68.247**

(a) As aplicações em poupança realizadas após 4 de maio de 2012 somam R$ 3.327 em 2019 (R$ 6.984 em 2018). A rentabilidade em 2019 foi de cerca de 3,96% (4,24% em 2018). Já as aplicações em fundos abertos de investimentos de renda fixa, lastreados principalmente em Certificados de Depósitos Interbancário (CDIs), com remuneração pós-fixadas em 2019 entre 82,50% e 97,77% da taxa CDI (entre 85,74% e 98,86% em 2018). Essas aplicações são de liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O total referente a esta modalidade é R$ 83.665 em 2019 (R$ 61.226 em 2018). **6. Contas a receber:** Corresponde aos saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2017, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP.

	2019	**2018**
Contas a receber		
Contrato de Gestão nº 01/2017	21.561	38.063
Outras	857	1.049
	22.418	**39.112**
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Contrato de Gestão nº 01/2017 **(a)**	-	(8.290)
Outras contas a receber	(17)	(155)
	(17)	**(8.445)**
	22.401	**30.667**

(a) Refere-se à provisão para perdas em função do não pagamento, pelo HCFMUSP, de saldo a receber decorrente do 1º ano do Contrato de Gestão nº 01/2017 (período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018), revertida em 2019 face à novas informações apresentadas no exercício justificando o desconto. Abertura por vencimentos:

	2019	**2018**
A vencer	497	30.498
Vencidos		
Até 30 dias	326	87
De 31 a 60 dias	13	83
De 61 a 90 dias	21	1
De 91 a 180 dias	-	110
A mais de 181 dias	21.561	8.333
	22.418	**39.112**

A movimentação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

pode ser assim demonstrada:	**2018**	**Adições**	**Reversões**	**2019**
PECLD	(8.445)	(86)	8.514	(17)
	(8.445)	**(86)**	**8.514**	**(17)**

7. Estoques:	**2019**	**2018**
Medicamentos, insumos hospitalares e outros materiais em estoque	22.160	24.100
Importação em andamento	225	21
Adiantamentos a fornecedores	12	-
	22.397	**24.121**

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 14 de abril de 2020 às 01:54:42.

...continuação

8. Imobilizado e intangível: Correspondem ao ativo imobilizado e intangível adquiridos pela FFM por força do contrato de gestão nº 01/2017 e instrumentos anteriores.

	2019			2018		
Imobilizado	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Instalações, máquinas e equipamentos	17.661	(8.067)	**9.594**	13.759	(5.625)	**8.134**
Instrumentais clínico-cirúrgicos	929	(702)	**227**	668	(593)	**75**
Móveis e utensílios	2.082	(1.150)	**932**	1.645	(874)	**771**
Computadores e correlatos	6.606	(2.116)	**4.490**	4.461	(1.188)	**3.273**
Imobilizações em andamento	1.764	-	**1.764**	398	-	**398**
	29.042	**(12.035)**	**17.007**	**20.931**	**(8.280)**	**12.651**

	2019			2018		
Intangível	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Softwares	1.661	(985)	676	1.661	(653)	1.008
	1.661	**(985)**	**676**	**1.661**	**(653)**	**1.008**

Movimentação do ativo imobilizado e intangível:

	Líquido em 31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Líquido em 31/12/2019
Instalações, máquinas e equipamentos	8.134	3.555	-	(2.442)	347	9.594
Edificações, obras complementares	-	-	-	-	-	-
Instrumentais clínicos cirúrgicos	75	261	-	(109)	-	227
Móveis e utensílios	771	437	-	(276)	-	932
Computadores e correlatos	3.273	2.106	-	(929)	40	4.490
Imobilizado em andamento	398	1.753	-	-	(387)	1.764
	12.651	**8.112**	**-**	**(3.756)**	**-**	**17.007**
	Líquido em 31/12/2018	**Adições**	**Baixas**	**Amortizações**	**Transferências**	**Líquido em 31/12/2019**
Software	1.008	-	-	(332)	-	676
	1.008	**-**	**-**	**(332)**	**-**	**676**

Bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde: Integram o acervo patrimonial utilizado pelo ICESP bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (edifício, equipamentos, mobiliários e outros), que são cedidos ao HCFMUSP para uso pelo Instituto. Tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do contrato de gestão. **Termos de permissão de uso:** Conforme estabelecido no contrato de gestão nº 01/2017, o HCFMUSP deve firmar "termos de permissão de uso" com a FFM para amparar formalmente a cessão dos bens móveis e imóveis empregados pelo Instituto. Esses termos ainda não foram celebrados pelo HCFMUSP.

9. Fornecedores:	**2019**	**2018**
Medicamentos e reagentes	8.815	10.228
Materiais hospitalares em geral	4.894	3.761
Refeições hospitalares	1.308	634
Órteses, próteses e materiais especiais	922	539
Aquisições de ativo imobilizado	593	351
Outros	2.176	1.887
	18.708	**17.400**

10. Serviços de terceiros:	**2019**	**2018**
Limpeza e higienização	3.632	3.515
Vales refeição	2.831	2.713
Manutenção de instalações e equipamentos	1.608	1.676
Aluguéis de equipamentos e correlatos	1.171	875
Saúde (unidades de retaguarda, serviços de radiologia e outros)	453	741
Outros	1.838	1.933
	11.533	**11.453**

11. Obrigações sociais e trabalhistas:	**2019**	**2018**
Férias e encargos sociais a pagar	26.577	25.103
FGTS a pagar	2.352	2.237
INSS a recolher	1.438	1.359
Salários a pagar	31	130
Contribuições sindicais a recolher	2	2
	30.400	**28.831**

12. Receitas diferidas: Correspondem aos saldos diferidos de subvenções para investimentos e projetos recebidas pelo ICESP, mediante pactuação no contrato de gestão nº 01/2017 ou por conta de projetos desenvolvidos pelo Instituto com subvenções de outros órgãos. A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado. A movimentação nos exercícios de 2019 e 2018 pode ser assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**11.615**	**9.164**	**20.779**
Transferências entre circulante/não circulante	2.483	(2.483)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	27.708	9	27.717
(-) Apropriações como receitas	(22.084)	-	(22.084)
Receitas financeiras de verbas diferidas	548	267	815
(-) Devoluções de verbas diferidas	-	(843)	(843)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**20.270**	**6.114**	**26.384**
Transferências entre circulante/não circulante	1.307	(1.307)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	12.483	6.690	19.173
(-) Apropriações como receitas	(15.616)	-	(15.616)
Receitas financeiras de verbas diferidas	668	276	944
(-) Devoluções de verbas diferidas	(1.495)	(2.048)	(3.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**17.617**	**9.725**	**27.342**

13. Contas a pagar - FFM: Referem-se fundamentalmente a saldos de empréstimos de capital de giro efetuados pela FFM face à insuficiência de caixa do contrato e restituídos na medida em que este apresenta disponibilidade financeira, além de operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação/alocação bancária ocorre, por falta de tempo hábil, no exercício seguinte. A composição em 2019 e 2018 pode ser assim demonstrada:

	2019	2018
Empréstimos de capital de giro	-	22.672
Operações pendentes de alocação bancária no contrato	1.374	(277)
	1.374	**22.445**

14. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais.

	2018	Adições	Reversões	2019
Ações trabalhistas	2.511	1.373	(1.715)	2.169
(-) Depósitos garantia de juízo e recursais	(2.326)	(1.373)	1.691	(2.008)
Outras contingências	1.008	44	(1)	1.051
	1.193	**44**	**(25)**	**1.212**

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 11.035 (R$ 12.141 em 31 de dezembro de 2018). A Fundação identificou em 2019 depósitos recursais no valor total de R$ 130 que estavam associados a processos trabalhistas com provisão constituída no passivo. Dessa forma, o saldo original em 31 de dezembro de 2018 das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (R$ 1.323) é reapresentado agora líquido desses depósitos. **15. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido do contrato de gestão nº 01/2017 é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits e superávits apurados anualmente. Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente ao HCFMUSP. **16. Receitas operacionais - contrato de gestão:** Refere-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no Contrato de Gestão nº 01/2017 e aditivos. Para o 1º ano do contrato, correspondente ao período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, foi pactuado o valor de R$ 502.662. Tal valor foi estabelecido também para o 2º ano do contrato (fevereiro de 2018 a janeiro de 2019), enquanto, para o 3º ano (fevereiro de 2019 a janeiro de 2020), foi definido o valor de R$ 522.353. Conforme tratativas entre as partes, os custos de serviços do ICESP pagos diretamente pelo HCFMUSP são descontados dos repasses. No exercício de 2019 houve ainda pactuação e integralização de valor complementar de R$ 10.900, destinados a subsidiar expansão das atividades assistenciais. As receitas nos exercícios sociais de 2019 e 2018 podem ser assim demonstradas:

	2019	2018
Valores acordados **(a)**	531.612	502.662
(-) Descontos de custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP	(14.861)	(689)
	516.751	**501.973**

(a) Montante proporcional em cada exercício conforme os valores pactuados para os períodos contratuais. No exercício de 2019, corresponde aproximadamente a uma parcela no valor de R$ 41.889 relativa ao 2º ano de contrato (janeiro de 2019), e 11 parcelas no valor individual de R$ 43.529 relativas ao 3º ano de contrato (fevereiro a dezembro de 2019), além do mencionado repasse único de R$ 10.900 para expansão de atividades; no exercício de 2018, corresponde a uma parcela relativa ao 1º ano do contrato (janeiro de 2018), e 11 parcelas relativas ao 2º ano do contrato (fevereiro a dezembro de 2018), todas no valor de R$ 41.888. Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de descumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações do HCFMUSP e órgãos fiscalizadores. A prestação de contas do exercício de 2019 será enviada no 1º semestre de 2020. **17. Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde:** Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com interveniência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Em 2019, o instituto recebeu medicamentos no valor total de R$ 12.665, sendo reconhecida a receita de R$ 13.197. Em 2018, tais valores foram respectivamente de R$ 22.897 e R$ 19.946. Os saldos residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 12. **18. Doações e patrocínios:** São doações em numerário e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2019 e 2018 por meio da FFM, sendo as principais demonstradas a seguir:

	2019	2018
Legado de Orlando Giacomo Filho **(a)**	8.272	-
Bayer S/A.	524	-
Laboratórios Pfizer Ltda	342	455
Janssen Pharmaceutica NV	237	-
Merck Sharp & Dohme Farmaceutica Ltda	225	421
Outras	4.704	6.387
(-) Devoluções	(1.204)	(31)
	13.100	**7.232**

(a) Legado recebido pelo ICESP em 11 de setembro de 2019, oriundo do espólio de Orlando Giacomo Filho, conforme testamento de 8 de junho de 2009. **19. Estudos clínicos:** Correspondem a receitas provenientes de estudos e/ou ensaios clínicos realizados pelo ICESP para instituições nacionais e internacionais, predominantemente dos segmentos farmacêutico e de pesquisa, visando o desenvolvimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos.

20. Pessoal:	**2019**	**2018**
Salários e ordenados	(251.221)	(241.704)
FGTS	(19.883)	(19.167)
Benefícios	(34.883)	(31.817)
	(305.987)	**(292.688)**

21. Materiais para consumo:	**2019**	**2018**
Medicamentos e reagentes	(73.587)	(100.555)
Materiais hospitalares em geral	(28.969)	(29.928)
Órteses, próteses e materiais especiais	(8.255)	(7.953)
Outros	(12.602)	(11.582)
	(123.413)	**(150.018)**

22. Serviços profissionais:	**2019**	**2018**
Manutenção de instalações e equipamentos	(19.879)	(18.819)
Limpeza e higienização	(18.452)	(19.433)
Saúde (unidades de retaguarda, serviços de radiologia e outros)	(10.119)	(11.171)
Técnico administrativos	(8.098)	(9.581)
Segurança	(5.185)	(4.567)
Outros	(6.956)	(8.206)
	(68.689)	**(71.777)**

23. Repasses ao HCFMUSP: Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R$ 11.111 em 2019 (R$ 8.727 em 2018). **24. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o ICESP não possuía instrumentos derivativos. O ICESP está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31 de dezembro de 2019 e 2018 e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O ICESP está exposto, ainda, ao risco de crédito das instituições financeiras. O ICESP adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira:

	Valor contábil 2019	Valor contábil 2018
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	87.132	68.247
Contas a receber	22.401	30.667
Depósitos recursais trabalhistas	205	273
Passivos financeiros		
Outros passivos		
Fornecedores	18.708	17.400
Serviços de terceiros	11.533	11.453

Não há risco de liquidez, pois em 31 de dezembro de 2019 o contrato possui capital de giro de R$ 46.950 (R$ 14.357 em 31 de dezembro de 2018). **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Instrumentos financeiros:** Reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **• Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **• Nível 2:** outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **• Nível 3:** informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, o Instituto está sujeito aos fatores de: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa. **25. Avais, fianças e garantias:** O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018. **26. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais:** A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 11 de junho de 2015, deferido pelo Ministério da Saúde em 25 de setembro de 2014 (Processo nº 25000.100838/2011-94-MS), através da Portaria nº 946. Os pedidos para renovação foram tempestivamente apresentados ao Ministério da Saúde (Processos nº 25000.064173/2015-71 e nº 25000.074283/2018-94) e encontram-se em tramitação, sendo o certificado atual válido até que haja decisão sobre esses requerimentos (Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, artigo nº 24). Essa certificação, em conjunto com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições. Os valores aproximados das principais imunidades e isenções previdenciárias e fiscais usufruídas pelo Contrato de Gestão nº 01/2017, caso devidos fossem, podem ser assim estimados:

	2019	2018
Cota patronal INSS - Folha de pagamento **(a)**	69.224	66.704
Cota patronal INSS - Prestadores Serviço Pessoas Físicas **(a)**	222	172
	69.446	**66.876**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) **(c)**	3.888	752
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) **(b)**	2.333	451
Contribuição Financ. Seguridade Social (COFINS) **(b)**	2.652	2.101
Programa de Integração Social (PIS) **(c)**	576	456
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) **(d)**	320	122
	79.215	**70.758**

a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas; **b)** Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento; **c)** Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento; **d)** Alíquota de 2% sobre os serviços prestados. **27. Seguros (não auditado):** O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas em 31 de dezembro são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	631.526	631.526
Responsabilidade civil e profissional	10.000	9.000
	641.526	**640.526**

28. Outras informações: As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores. **29. Eventos subsequentes:** Conforme informado na Nota Explicativa nº 26, a FFM possuía em 31 de dezembro de 2019 pedidos de renovação do Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS em tramitação junto ao Ministério da Saúde. Em 20 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 151, de 18 de fevereiro de 2020, deferindo a renovação do CEBAS requerida pela FFM para o período de 12 de junho de 2015 a 11 de junho de 2018 (processo nº 25000.064173/2015-71). Dessa forma, encontra-se agora em tramitação apenas o Processo nº 25000.074283/2018-94, relativo ao período subsequente.

Diretoria

Prof. Dr. **Flavio Fava de Moraes**
Diretor Geral

Amaro Angrisano
Superintendente Financeiro

Prof. Dr. **Jose Otavio Costa Auler Junior**
Vice Diretor Geral

Marcus Cesar Mongold
Contador-CRC 1SP173756/O-0

As Demonstracões Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação de Medicina em reunião realizada em 08 de abril de 2020.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da **Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP)** (**"Instituto"** ou **"ICESP"**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP)** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do Instituto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 13 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** O Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora-

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 14 de abril de 2020 às 01:54:42.

...continuação

ção das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 13 de março de 2020. **BDO RCS Auditores Associados Ltda. -** CRC 2 SP 015165/0-8, **Victor Henrique Fortunato Ferreira -** Contador CRC 1 SP 223326/O-3.

TARPON INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/ME 05.341. 549/0001-63 - NIRE 35.300.314.611

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2020

Data, hora e local: A Assembleia foi realizada em 06 de abril de 2020, às 10h00, na sede social da **TARPON INVESTIMENTOS S.A.** (**"Companhia"**), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre I – Capital Building, conjuntos nº 121, 122, 123 e 124, 12º andar, CEP 05.679-010. **Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições dos dias 20 (página 302), 21 (página 41) e 24 de março de 2020 (página 120), bem como no jornal "O Dia SP" nas edições dos dias 20 (página 7), 21 (página 5) e 24 de março de 2020 (página 5), respectivamente. **Presenças:** Acionistas titulares de 409 (quatrocentas e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 90,49% (noventa vírgula quarenta e nove por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia e do seu capital social total e votante, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, o Sr. José Carlos Reis de Magalhães Neto, representante da administração da Companhia, e o Sr. Ricardo Gusmão de Rezende, representante do auditor independente da Companhia, Grant Thornton Brazil. **Mesa:** Presidente: José Carlos Reis de Magalhães Neto; Secretário: Paulo Henrique Altero Merotti. **Publicações e Divulgação:** Foi publicado aviso aos acionistas com 1 (um) mês de antecedência da presente data, para os fins do artigo 133, caput da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das S.A."**), no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições dos dias 06 (página 140), 23 (página 45) e 24 de março de 2020 (página 104), bem como no jornal "O Dia SP" nas edições dos dias 06 (página 8), 21 (página 6) e 24 de março de 2020 (página 7), respectivamente. Foram publicados, ainda, o relatório da administração, as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" no dia 31 de março de 2020, nas páginas 96 a 100, e no jornal "O Dia SP" no dia 31 de março de 2020, nas páginas 21 a 23, respectivamente. Os documentos acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para esta assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados na página eletrônica da Companhia (**www.tarponinvest.com.br**), com até 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. **Ordem do dia:** Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração do endereço da sede da Companhia e a consequente modificação do atual artigo 2º do Estatuto Social; **(ii)** o cancelamento de ações mantidas em tesouraria pela Companhia, com a consequente alteração do atual artigo 5º do Estatuto Social; **(iii)** a alteração do número de membros do Conselho de Administração, com a modificação do atual artigo 24 do Estatuto Social; **(iv)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social, para fins de adaptar os seus dispositivos aos de uma companhia fechada; e **(v)** em razão da reforma do Estatuto Social conforme o item "iv" acima, consignar a extinção dos Comitês de Auditoria e Compliance e de Remuneração e Participação e a consequente destituição de seus membros. **Em Assembleia Geral Ordinária: (vi)** aprovar as contas dos administradores e o relatório da administração, e examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; **(vii)** aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme deliberação do conselho de administração da Companhia tomada em 05 de março de 2020; **(viii)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(ix)** fixar a remuneração anual global da administração para o exercício de 2020. **Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, , foram tomadas as seguintes deliberações pelos acionistas presentes: Foi autorizada, pela unanimidade dos acionistas presentes, a lavratura da ata desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram: **A. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a alteração do endereço da sede da Companhia que passa de Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi n.º 151, 23º andar, CEP 01.451-011 para Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre I – Capital Building, conjuntos nº 121, 122, 123 e 124, 12º andar, CEP 05.679-010, com a consequente alteração da redação do caput do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre I – Capital Building, conjuntos nº 121, 122, 123 e 124, 12º andar, CEP 05.679-010." **(ii)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o cancelamento de 33 (trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, atualmente mantidas na tesouraria da Companhia, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das S.A. Em razão da implementação do grupamento de ações homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2020 e o cancelamento de ações em tesouraria ora aprovado, a redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 419 (quatrocentas e dezenove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." **(iii)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a alteração da composição do Conselho de Administração, que passa a ser de 03 (três) membros, com a consequente modificação da redação do antigo Artigo 24, o qual, após a reforma integral do Estatuto Social, será renumerado como Artigo 23, passando a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 23. O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição." **(iv)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para fins de adaptar os seus dispositivos aos de uma companhia fechada, o qual passará a vigorar, a partir da presente data, conforme redação constante do Anexo I da presente ata; e **(v)** Consignar, em razão da reforma do Estatuto Social conforme o item "iv" acima, a extinção dos Comitês de Auditoria e Compliance e de Remuneração e Participação e a consequente destituição de seus membros, que foram eleitos em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de maio de 2019, com mandato iniciado em 10 de maio de 2019 e a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020: (i) **WALTER IORIO**, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3464021 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 051.364.908-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Avenida Aratãs, 200, Apartamento 22-B, Indianópolis, CEP 04081-000, membro efetivo do Comitê de Auditoria e Compliance; (ii) **BRUNO GEBARA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.433.485-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 334.056.528-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 23º andar, Itaim Bibi, CEP 01451-011, membro efetivo dos Comitês de Auditoria e Compliance e de Remuneração e Participação; (iii) **FABIO HERING**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 6.456.438 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 006.283.238-75, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Rócio, nº 430, 3º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-906, membro efetivo dos Comitês de Auditoria e Compliance e de Remuneração e Participação; e (iv) **JOSÉ CARLOS REIS DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.417.812-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 286.951.128-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre I – Capital Building, conjuntos nº 121, 122, 123 e 124, 12º andar, CEP 05.679-010, membro efetivo do Comitê de Remuneração e Participação. **(v.1)** Os acionistas, neste ato, agradecem aos membros dos Comitês de Auditoria e Compliance e de Remuneração e Participação pelos serviços por eles prestados à Companhia na condição de membros dos referidos Comitês. **B. Em Assembleia Geral Ordinária: (vi)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. **(vii)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a proposta de destinação do resultado positivo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R$ 8.563.152,71 (oito milhões, quinhentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos), o qual será destinado da seguinte forma: (a) consignar, inicialmente, a reversão de parte do saldo da reserva legal, no montante total de R$ 1.214.935,94 (um milhão, duzentos e quatorze mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), tendo em vista que a reserva legal excede a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A., conforme apurado nas demonstrações financeiras da Companhia; (b) R$ 2.140.788,17 (dois milhões, cento e quarenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos), equivalente a R$ 5.109,27954 por ação de emissão da Companhia, serão distribuídos, a título de dividendos mínimos obrigatórios, aos acionistas da Companhia, de acordo com a composição acionária na presente data, nos termos do antigo artigo 49, parágrafo 2º, item "c" e parágrafo 3º, o qual, após a reforma integral do Estatuto Social, será renumerado como artigo 43, parágrafo 2º, item "c" e parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia; e (c) R$ 7.637.300,48 (sete milhões, seiscentos e trinta e sete mil e trezentos reais e quarenta e oito centavos), equivalente a R$ 18.227,44745 por ação de emissão da Companhia, serão distribuídos como dividendos aos acionistas, adicionalmente ao dividendo mínimo obrigatório, de acordo com a composição acionária na presente data, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das S.A. e do antigo artigo 49, parágrafo 2º, item "e", o qual, após a reforma integral do Estatuto Social, será renumerado como artigo 43, parágrafo 2º, item "e" do Estatuto Social da Companhia. **(vii.1)** Consignar que os dividendos declarados nos itens (b) e (c) acima deverão ser pagos aos acionistas, de acordo com a composição acionária na presente data, em até 60 (sessenta) dias a contar da data de realização da presente Assembleia. **(viii)** Consignar a renúncia dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os quais foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, com mandato iniciado em 30 de abril de 2019 e a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme as cartas de renúncia por eles apresentadas à Companhia e que ficam arquivadas na sede social: (i) JOSÉ **CARLOS REIS DE MAGALHÃES NETO**, acima qualificado, do cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **GUILHERME FIGUEIREDO MAIA LUZ**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.746.413-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 277.661.048-30, residente e domiciliado na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, com endereço na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 3.800, Apartamento 74, Bloco D, CEP 06.543-001, do cargo de membro do Conselho de Administração; e (iii) **EDUARDO SILVEIRA MUFAREJ**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.074.850-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 263.395.488-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Iguatemi n.º 151, 23º andar, CEP 01451- 011, do cargo de membro do Conselho de Administração. **(viii.1)** Os acionistas neste ato, agradecem aos Conselheiros renunciantes pelos serviços por eles prestados à Companhia na condição de membros do Conselho de Administração. **(ix)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a eleição dos seguintes indivíduos para compor o Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato a se iniciar na presente data e se encerrar na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre os resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021: Srs. (i) J**OSÉ CARLOS REIS DE MAGALHÃES NETO**, acima qualificado, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **MARCELO GUIMARÃES LOPO LIMA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 23.417.812-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 123.483.688-10, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre I – Capital Building, conjuntos nº 121, 122, 123 e 124, 12º andar, CEP 05.679- 010, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; e (iii) **PAULO HENRIQUE ALTERO MEROTTI,** brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 49.753.200-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 384.917.998-26, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre I – Capital Building, conjuntos nº 121, 122, 123 e 124, 12º andar, CEP 05.679-010, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração **(ix.1)** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse nos seus respectivos cargos mediante assinatura de termos de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, e que ficam arquivados na sede social da Companhia. Ficou consignado que os membros do Conselho de Administração ora eleitos preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas no artigo 147 da Lei das S.A. **(x)** Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2020 no valor de até R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).**Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, em forma de sumário. São Paulo, 06 de abril de 2020. **Mesa:** (aa) J**osé Carlos Reis de Magalhães Neto – Presidente**; e (aa) **Paulo Henrique Altero Merotti – Secretário**. **Acionista Presente:** (aa) **Mangue Participações Ltda.** (p. **José Carlos Reis de Magalhães Neto**). **Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 06 de abril de 2020. **Mesa: Paulo Henrique Altero Merotti - Secretário**

Adata Electronics Brazil S.A.

CNPJ/MF nº 21.316.271/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de reais (R$)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	**2019**	**2018**
Circulante	**55.286**	**35.709**
Caixa e equivalentes de caixa	2.712	428
Clientes	34.469	14.103
Partes relacionadas	2	–
Estoques	8.163	15.897
Impostos a recuperar	8.498	4.693
Adiantamentos	1.439	585
Outros créditos	3	3
Não circulante	**3.287**	**1.461**
Impostos a recuperar	18	77
Impostos diferidos	748	–
Imobilizado	2.273	1.155
Intangível	248	229
Total	**58.573**	**37.170**
Passivo e patrimônio líquido	**2019**	**2018**
Circulante	**54.610**	**34.130**
Fornecedores	12.573	6.288
Partes relacionadas	37.832	26.021
Contas a pagar	2.317	668
Obrigações tributárias	761	9
Salários e encargos sociais	1.127	1.144
Não circulante	**25**	**–**
Outras contas a pagar	25	–
Patrimônio líquido	**3.938**	**3.040**
Capital social	**6.152**	6.152
Resultado acumulado	**(2.214)**	(3.112)
Total	**58.573**	**37.170**

Paulo Afonso Frias Trindade Junior – Presidente
Douglas Belão – Contador CT/CRC 1SP 331.336/O-7

Demonstrações dos Resultados

	2019	**2018**
Receita líquida de vendas	**139.414**	**74.954**
Custos dos produtos vendidos	(120.980)	(68.198)
Lucro bruto	**18.434**	**6.756**
Outras receitas e (despesas)	**(18.199)**	**(11.843)**
Gerais e administrativas	(14.017)	(9.102)
Vendas	(4.190)	(2.912)
Outras receitas	8	171
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos	**235**	**(5.087)**
Resultado financeiro líquido	(29)	(296)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**206**	**(5.383)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(56)	**–**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	748	**–**
Lucro liquido (prejuízo) do exercício	**898**	**(5.383)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**898**	**(5.383)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**898**	**(5.383)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	**Capital social integralizado**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31/12/2017	**6.152**	**2.271**	**8.423**
Prejuízo do exercício	–	(5.383)	**(5.383)**
Saldos em 31/12/2018	**6.152**	**(3.112)**	**3.040**
Prejuízo do exercício	–	898	**898**
Saldos em 31/12/2019	**6.152**	**(2.214)**	**3.938**

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	898	(5.383)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo dos exercícios com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.009	269
Perdas estimadas nos estoques	(417)	1.610
Perdas estimadas com clientes	13	4
Imposto diferido	(748)	–
	755	**(3.500)**
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	(20.379)	13.218
Estoques	8.151	(4.247)
Impostos a recuperar	(3.746)	2.043
Adiantamentos	(854)	2.412
Fornecedores	6.285	4.126
Partes relacionadas	11.809	(3.639)
Contas a pagar	1.649	(7.918)
Impostos a recolher	752	(4.372)
Salários e encargos sociais	(17)	578
Outras contas a pagar	25	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**4.430**	**(1.299)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.146)	(564)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(2.146)**	**(564)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.284**	**(1.863)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	428	2.291
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.712	428
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.284**	**(1.863)**

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 14 de abril de 2020 às 01:54:42.